

Modernizar a Justiça para fortalecer a democracia



» MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN
Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

O sistema de Justiça brasileiro consolidou, ao longo das últimas décadas, conquistas institucionais de extrema relevância. A afirmação do Estado Democrático de Direito, a ampliação do acesso à jurisdição e o fortalecimento das garantias constitucionais permitiram que as instituições desempenhassem um papel decisivo tanto na proteção dos direitos fundamentais quanto na estabilidade política do país.

No entanto, os desafios contemporâneos exigem uma reflexão renovada sobre a capacidade institucional de responder, com eficiência, legitimidade e transparência, às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa. O aumento expressivo da litigiosidade, as transformações tecnológicas aceleradas, a multiplicação de atores institucionais e a necessidade constante de aperfeiçoar os mecanismos de acesso à Justiça impõem a construção de novos caminhos.

Foi com esse propósito que o Supremo Tribunal Federal instituiu o Grupo de Estudos para Modernização do Sistema de Justiça, vinculado ao Centro de Estudos Constitucionais do STF. Trata-se de uma iniciativa de natureza consultiva, concebida não para impor reformas imediatistas, mas para organizar, sistematizar e qualificar um debate que interessa a toda a sociedade brasileira.

Um aspecto que merece destaque é a compreensão abrangente do próprio conceito de "Sistema de Justiça". Esse não se limita ao Poder Judiciário. A Constituição Federal estruturou um conjunto de instituições essenciais à função jurisdicional, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública, a advocacia pública e privada, além de órgãos que atuam na preservação dos direitos e da ordem constitucional. Pensar o futuro da Justiça exige considerar essa realidade em sua integralidade.

A iniciativa possui caráter eminentemente metodológico. Em tempos marcados pela velocidade das transformações e pela pressão por respostas instantâneas, torna-se mais vital salvaguardar espaços de reflexão qualificada, capazes de reunir diferentes perspectivas e formular diagnósticos consistentes. Reformas duradouras não resultam de improvisação; exigem conhecimento, diálogo e aprofundada capacidade de escuta.

Ao longo de 2026, o grupo promoverá debates, dialogará com iniciativas correlatas e receberá contribuições de magistrados, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, pesquisadores, professores e representantes da sociedade civil. Também serão realizadas consultas públicas, seminários e intercâmbios com especialistas nacionais e estrangeiros.

O objetivo central é produzir conhecimento e consolidar consensos viáveis em torno dos desafios que hoje se apresentam ao cenário jurídico nacional. Entre eles, destacam-se: o aperfeiçoamento da governança institucional; a busca por maior celeridade e eficiência na prestação jurisdicional; o fortalecimento da legitimidade democrática das instituições; a ampliação do acesso

efetivo à Justiça; e a superação de fragmentações que, por vezes, obstaculizam a cooperação entre os diversos atores envolvidos.

Também será fundamental examinar a experiência internacional. Nenhum país detém respostas definitivas para os dilemas contemporâneos do direito. A observação de boas práticas desenvolvidas em diferentes sistemas jurídicos pode oferecer referências valiosas, adaptadas à realidade brasileira e aos compromissos dogmáticos que orientam nossa democracia.

O cronograma de trabalho é claro e objetivo. O grupo, instalado agora, desenvolverá suas atividades ao longo do segundo semestre e, no final do ano, apresentará um relatório final contendo o diagnóstico institucional, a sistematização das contribuições recebidas, a memória dos debates realizados, os dados produzidos, as referências comparadas e as diretrizes para futuras discussões.

Mais do que um documento técnico, espera-se construir um patrimônio coletivo de conhecimento, capaz de subsidiar o diálogo republicano entre os Poderes e entre as instituições que compõem o sistema de Justiça. Em uma democracia constitucional, os avanços mais sólidos são aqueles edificadas por meio da escuta ativa, da cooperação mútua e do compromisso inabalável com o interesse público.

Modernizar a Justiça não significa romper com suas bases, mas sim fortalecê-las. Significa assegurar que as instituições permaneçam aptas a cumprir sua missão constitucional em um mundo em permanente transformação. É esse o horizonte que inspira a criação do Grupo de Estudos e que orienta a reflexão que ora se inicia.

O Brasil na economia do espaço



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador e ex-presidente da Embrapa

Poucas notícias recentes ilustram tão bem o surgimento de uma nova fronteira econômica quanto à perspectiva de abertura de capital da SpaceX, empresa que lidera a transformação da indústria espacial mundial. Avaliada em cerca de US\$ 1,75 trilhão, a companhia poderá protagonizar uma das maiores estreias das bolsas de valores. Mais importante que o valor alcançado é o fato de que ele reflete a confiança crescente dos investidores no potencial da economia do espaço como uma das grandes forças transformadoras das próximas décadas.

A história recente mostra que grandes transformações econômicas costumam nascer de tecnologias que inicialmente parecem distantes da vida cotidiana. Foi assim com a internet, com a biotecnologia e está sendo assim com a inteligência artificial (IA), a inovação mais marcante do momento. Agora, uma nova onda tecnológica emerge do setor espacial, impulsionada por avanços em foguetes reutilizáveis, satélites sofisticados, robótica avançada e monitoramento da Terra.

O Brasil não parte do zero. Ao longo das últimas décadas, o país construiu competências importantes em áreas relacionadas ao setor espacial. A cooperação com a China nos satélites CBERS demonstrou nossa capacidade de articulação internacional. O Centro de Lançamento de Alcântara permanece um ativo estratégico de enorme valor, graças à sua localização privilegiada próxima à Linha do Equador, capaz de reduzir custos e aumentar a eficiência dos lançamentos.

Embora os avanços tenham ocorrido em ritmo inferior ao desejado, o país preservou uma base científica e tecnológica que pode servir de alicerce para uma inserção mais ambiciosa nesse novo cenário. A questão não é se haverá uma economia do espaço. Ela já está emergindo. A questão é qual papel o Brasil pretende desempenhar nela.

Uma oportunidade importante surgiu quando o Brasil aderiu aos Acordos Artemis, um conjunto de princípios para a exploração pacífica da Lua, de Marte e do espaço profundo, sob a liderança da Nasa. A participação brasileira, coordenada pela Agência Espacial Brasileira (AEB), abre espaço para que universidades, institutos de pesquisa e empresas nacionais se conectem a uma agenda tecnológica que deverá mobilizar investimentos por décadas.

Nesse contexto, merece destaque o papel crescente do Parque de Inovação Tecnológica (PIT) de São José dos Campos. O PIT reúne competências brasileiras em engenharia aeroespacial, sistemas avançados, defesa, inovação e empreendedorismo tecnológico. A concentração de instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), a AEB e diversas empresas do setor transforma a região em um dos principais polos da nova economia do espaço no país.

Atenta a essas transformações, a Embrapa decidiu posicionar-se nessa nova fronteira tecnológica. Além de liderar a Rede Space Farming Brazil, que conecta mais de 20 instituições nacionais e internacionais, a empresa decidiu instalar no PIT sua Unidade Mista de Pesquisa e Inovação em Agricultura Espacial. As iniciativas buscam inserir a agricultura na agenda da inovação espacial brasileira, integrando pesquisadores da área agropecuária e especialistas do setor espacial.

À primeira vista, cultivar plantas fora da Terra pode parecer um tema distante das prioridades nacionais. Na realidade, é uma das áreas mais promissoras para gerar conhecimentos aplicáveis à agricultura terrestre. Produzir alimentos em ambientes fechados, sob restrições severas de água, energia e nutrientes, exige soluções biológicas e tecnológicas extremamente avançadas.

Curiosamente, muitos dos problemas enfrentados pela agricultura espacial já começam a aparecer em diversas regiões do planeta. Mudanças climáticas, escassez hídrica, degradação ambiental e necessidade de maior eficiência produtiva colocam pressões crescentes sobre os sistemas agrícolas. Nesse sentido, a agricultura espacial funciona como um laboratório avançado para o desenvolvimento de soluções que poderão beneficiar diretamente a produção de alimentos na Terra.

Os chamados spillovers tecnológicos talvez sejam o aspecto mais importante dessa agenda. Sensores avançados, sistemas de monitoramento, inteligência artificial, robótica, materiais inovadores, biotecnologia e automação desenvolvidos para aplicações espaciais frequentemente encontram aplicações muito mais amplas na economia. A experiência histórica dos programas espaciais demonstra que seus benefícios extrapolam largamente os objetivos originais das missões.

Como uma das maiores economias do mundo, líder em agricultura tropical e detentora de ativos estratégicos relevantes, o Brasil reúne condições para participar dessa transformação. Mas isso exigirá visão de longo prazo, investimentos consistentes em ciência e inovação e a capacidade de construir parcerias nacionais e internacionais.

O que está em jogo não é apenas a exploração do espaço. É a inserção do Brasil em uma importante plataforma de inovação tecnológica do século 21. Permanecer à margem dessa transformação poderá custar muito mais caro do que participar dela.



Enquanto a bola rola, o mundo arde



» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado-chefe da 35ª Delegacia de Polícia, mostrando em direitos humanos e segurança pública pela UFG e professor de educação física

Começou a 23ª Copa do Mundo de Futebol. Começou, e não vai parar, mesmo com o mundo mergulhado em um estado permanente de beligerância. Quando se fala em Copa do Mundo, em esporte de alto rendimento e resultados, é preciso olhar além da superfície. Sem drones, mas com filtros críticos. Se você acredita que Neymar e sua trupe ganham muito, é porque, nos bastidores, há quem ganhe ainda mais: clubes, SAFs, conglomerados midiáticos, agentes, empresários e patrocinadores. No fim das contas, é o capitalismo o verdadeiro dono da bola, é ele quem escala o time, define quem joga e, muitas vezes, quem vence.

Esporte, política e dinheiro, ou, como dizia Di-di, a "mufunfa", sempre caminharam juntos nos grandes eventos globais, especialmente na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos, ápices da consagração esportiva. No entanto, impõe-se uma reflexão inevitável: até que ponto o esporte, enquanto expressão máxima do movimento humano, capaz de transmitir valores e integrar povos, deve se submeter às dinâmicas do capital e da política?

Ao meu sentir, não deveria. Entretanto, a realidade aponta em outra direção. Um dos países-sede é, paradoxalmente, protagonista de ações

que tensionam a ordem mundial: bombardeia nações, financia intervenções em Estados soberanos e impõe sanções econômicas conforme os próprios interesses. A lógica parece simples e brutal: "dê a Trump o que é de Trump, e às colônias o que restar". Ainda assim, o presidente da Fifa, Gianni Infantino, concedeu a Donald Trump o chamado "Prêmio da Paz da Fifa", sob o lema de que o futebol une o mundo.

Em contraste, a Rússia, corretamente sancionada após a invasão da Ucrânia, permanece banida das competições olímpicas e do futebol internacional. A coerência dessas decisões, no entanto, suscita questionamentos. Quem define os critérios? E a quem eles realmente servem?

Essa promiscuidade entre esporte e poder está longe de ser recente. A série *Brasil 70: A Saga do Tri*, disponível na Netflix, resgata um episódio emblemático: "nos anos de chumbo", às vésperas da Copa de 1970, o técnico João Saldanha recusou-se a atender a um pedido do então presidente Emílio Garrastazu Médici para convocar Dadá Maravilha. Sua resposta tornou-se histórica: "Nem eu escalo o ministério, nem o presidente escala o time". O resultado foi sua demissão. Abalados, mesmo assim os jogadores seguiram em campo, e o Brasil tornou-se tricampeão mundial. "Pra frente Brasil, salve a Seleção".

Dois anos depois, nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, o mundo assistiu a uma tragédia: um ataque terrorista vitimou atletas israelenses dentro da Vila Olímpica. Após uma breve suspensão da Vila Olímpica. Após uma breve suspensão da Vila Olímpica. Após uma breve suspensão da Vila Olímpica.

Brundage, sintetizou a decisão com a frase que ecoa até hoje: "Os Jogos devem continuar".

E continuamos. Mas, talvez, não deveríamos. A lógica que sustenta essa continuidade já não é a celebração do espírito esportivo, mas a preservação de interesses econômicos. A ganância, não por medalhas, mas por lucro, distorce o sentido do esporte.

Em um cenário marcado por impulsos imperialistas e expansionistas, a promessa de que "a América (EUA) será grande novamente" parece justificar práticas que excluem, discriminam e violentam. O governo iraniano, recentemente alvo de ataques, denuncia a negativa de vistos para membros de sua delegação, restrições a torcedores e limitações severas de circulação. O árbitro Omar Artan, eleito o melhor da África em 2025, foi impedido de entrar nos Estados Unidos. A jornalista brasileira Karine Alves relatou abordagem racista ao chegar ao país, sendo submetida a um procedimento humilhante, exigido, segundo ela, apenas de mulheres negras.

Não se trata de uma nova ordem mundial, mas da manutenção de uma lógica antiga: nações que negociam sua soberania em troca de inserção no circuito do capital global. O esporte, nesse contexto, deixa de ser apenas competição e passa a ser instrumento de poder, muitas vezes utilizado para fins que tangenciam, ou mesmo violam, direitos humanos fundamentais.

Diante disso, resta a pergunta incômoda: como o Brasil responde a esse cenário? Permaneceremos espectadores passivos, encantados pelo espetáculo? Ou, no fim, tudo se resume a saber se Neymar vai jogar?